

Entrevista Jornal “Crítério”
(Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Católica
Portuguesa do Porto)
“Mais Europa VS Menos Europa”

Carlos Coelho



Qual é o futuro da Europa, mais ou menos integracionismo? Porquê?

A União Europeia enfrenta vários desafios a todos os níveis. Da encruzilhada política do Brexit à resposta aos fluxos migratórios e de refugiados, passando pelas dificuldades económicas que ainda subsistem em alguns Estados-Membros, o projecto europeu está num momento decisivo. Há mesmo quem fale de uma “crise múltipla”. Não sou tão pessimista.

Se queremos tirar o melhor partido dos aspectos positivos da globalização e ser liderantes num Mundo cada vez mais interligado e competitivo, precisamos de mais integração. Se queremos uma governação económica mais eficaz para promover o crescimento e o emprego, precisamos de mais integração. Se queremos aprofundar o mercado único, com a garantia das liberdades de circulação (de pessoas, mercadorias, serviços e capitais) e da protecção dos consumidores, precisamos de mais integração.

Questão diferente é saber se temos condições políticas para o fazer e, na verdade, o contexto político europeu actual mostra que será difícil darmos passos significativos em frente. Espero que o debate sobre os cinco cenários apresentados pela Comissão Juncker

no Livro Branco sobre o Futuro da Europa seja uma oportunidade para discutirmos, com seriedade, as oportunidades de uma maior integração.

Considera que a transferência do poder soberano tem sido expressa ou tácita? Existe equidade entre os Estados Membros, ou vivemos numa Europa a duas velocidades em que os pesos das decisões são diferentes?

Não creio que o processo de integração corresponda a um fenómeno de transferência de poder soberano, mas sim a um projecto de partilha de soberania. Em rigor, os Estados-Membros não abdicam de nenhum aspecto da sua soberania nem vêm nenhuma das suas “funções de Estado” prejudicadas. Aquilo que acontece é que os 28 optam, soberanamente, por decidir em conjunto sobre interesses que são comuns. Nesse sentido, essa escolha tem sido expressa, com a sua consagração nos sucessivos tratados. Tratados que garantem, exactamente, o princípio da atribuição que determina que a União só actua dentro dos limites das competências que lhe são atribuídas pelos Estados-Membros.

No plano formal, são os mesmos tratados que garantem que os Estados-Membros estão em posição de igualdade. Recorde-se, por exemplo, a situação das votações no Conselho: nos casos em que se exige unanimidade, basta que um Estado-Membro se oponha para que determinada decisão não seja tomada, seja esse Estado-Membro a Alemanha ou Malta, o maior ou o mais pequeno país. Por outro lado, existem outras decisões que exigem uma ponderação de votos aferida conforme a população dos países, lógica que me parece justa. Numa outra dimensão, eminentemente política, não podemos ignorar que alguns países têm um papel liderante no processo de tomada de decisão. No processo orçamental, por exemplo, sente-se a diferença de “autoridade” entre aqueles que são contribuintes líquidos da União (os que pagam mais à UE do que recebem em financiamentos comunitários) e os beneficiários líquidos (os que recebem mais em financiamentos comunitários do que pagam à UE).

Existe algum país/interesse dominante na União?

A questão da liderança do projecto europeu e de países de “força motriz” sempre se colocou, ao longo destas décadas. Ainda éramos 12 Estados-Membros quando se falava de um eixo “franco-alemão” que, dizia-se, definia as agendas, prioridades e decisões mais importantes da União. Já na altura não era verdade que a França e a Alemanha tivessem o exclusivo das decisões. As exigências de unanimidade e de maiorias reforçadas na tomada de decisão demonstravam que nenhum país ou pequeno conjunto de países podia decidir unilateralmente. Se isso acontecia com 12 Estados-Membros, ainda é mais evidente com 28. Na União predomina a lógica do compromisso e isso, em meu entender, pese embora atrase algumas decisões e acções, valoriza o conteúdo das grandes opções políticas da União.

Penso que os movimentos contra a UE vão chegar a Portugal, o que vai/deve a EU fazer para manter fiéis os seus estados membros. Quais são os mecanismos que deveriam ser utilizados?

Os portugueses são dos europeus que mais confiam no projecto europeu. Segundo o último Eurobarómetro, 61% dos portugueses discordam da ideia de que Portugal teria um melhor futuro fora da UE, num valor mais alto que a média europeia. O sentimento

de cidadania europeia está bem enraizado na nossa sociedade, que está consciente da mais-valia que a pertença à União constitui para o nosso país. Não prevejo que surja, em Portugal, qualquer movimento sequer próximo daqueles que existem noutros países, de defesa de saída do Euro e da União. Não só por uma questão de reconhecimento do que alcançámos com a adesão, há três décadas, mas porque temos a consciência de que só poderemos ser competitivos num mundo globalizado, se pertencermos a um bloco que potencie as oportunidades que, de forma isolada, nunca aproveitaríamos.

O combate aos movimentos populistas e nacionalistas que existem na Europa não é fácil. Por um lado, eles têm apoio externo à União (veja-se a intervenção da Rússia de Putin em campanhas eleitorais europeias, através da criação de notícias falsas e de ataques informáticos) e, por outro lado, aproveitam dificuldades conjunturais para culpar a União de todos os males do seu país, quando, em muitos casos, são áreas em que a União nem competências tem para agir. De todo o modo, trata-se do aproveitamento de mentiras e de “venda de ilusões”.

A meu ver, contrariar os populismos nacionalistas passa por três frentes de combate: em primeiro lugar, pela pedagogia europeia, informando e comunicando melhor as vantagens e as oportunidades da integração; em segundo lugar, pela valorização da cidadania europeia, tornando os programas comunitários mais acessíveis ao cidadão comum; em terceiro lugar, pelo exemplo de realizações concretas e, neste aspecto, cumpre às instituições europeias protagonizar esse exemplo.

Considera que devem ser feitas reformas a nível das próprias instituições europeias? Quais?

Sou inconformado por natureza. Acredito que podemos sempre aumentar os nossos objectivos e melhorar os nossos processos. Evidentemente, gostaria que o processo de decisão fosse mais célere na União, que os níveis de burocracia fossem radicalmente reduzidos e que fossem dados mais passos rumo a uma maior integração de novas políticas. Dito isto, creio que os tempos que vivemos exigem um compromisso de todos com acções e decisões concretas. Reabrir o debate sobre a estrutura institucional da União é levantar questões como a revisão dos tratados que, nas actuais condições políticas, teriam duas consequências negativas: por um lado, concentrariam as nossas atenções e esforços num processo moroso, prejudicando decisões urgentes que temos de tomar sobre assuntos de maior actualidade e relevância; por outro lado, duvido que o resultado desse debate fosse mais que a manutenção do status quo, com ligeiras alterações de forma. Por isso, não creio que seja útil, nesta altura, lançar o debate institucional. Na sequência do Brexit e dependendo dos resultados das negociações, será aberta uma porta para mudanças e esse será, a meu ver, o tempo certo para falar de reformas na estrutura da União.

Sem prejuízo deste meu entendimento, há áreas políticas específicas em que podemos e devemos agir, no imediato. Apontaria três exemplos. Primeiro, no quadro da revisão do Quadro Financeiro Plurianual e das Perspectivas Financeiras pós-2020, temos de conseguir combater a burocracia de forma mais eficaz, temos de adaptar políticas de coesão e de investimento estrutural à nova realidade a 27 e temos de completar a União Económica e Monetária, tomando decisões sobre a União Bancária e a União de Mercados de Capitais. Segundo, na exploração ao máximo das potencialidades do Tratado de Lisboa, assumindo novas políticas comuns e aprofundando outras, com

destaque para a Defesa. Terceiro, na concepção de uma política de segurança mais eficaz, adaptada aos desafios da digitalização das ameaças e coerente nos seus instrumentos de garantia da integridade do Espaço Schengen. Estou particularmente empenhado nesta última dimensão, tendo assumido de novo a liderança da reforma do Sistema de Informação de Schengen (SIS), que espero conseguir adaptar aos desafios do nosso tempo, garantindo a Liberdade de Circulação e o respeito integral dos Direitos Fundamentais dos cidadãos europeus.

Como vai/deve responder a Europa aos seus novos desafios, desde o desemprego fruto da inovação tecnológica, o desaparecimento da indústria, conflitos internacionais (com a perda do seu poderio militar fruto do Brexit) e a crise da natalidade.

Vamos ser claros: a União Europeia não tem a solução para todos os problemas. Desde logo, por duas ordens de motivos. Em primeiro lugar, a UE não tem competências em várias áreas de acção política que continuam na esfera exclusiva dos Estados-Membros. Não é sério exigir mais à União em matéria de promoção de emprego, quando a esmagadora maioria dos instrumentos económicos estão nas mãos dos países que, ainda assim, podem recorrer a mecanismos comunitários como sejam os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. Em segundo lugar, a UE não dispõe de um orçamento ilimitado. Ao contrário do que alguma comunicação social e alguns políticos veiculam, a União tem um orçamento inferior a 1% do Rendimento Nacional Bruto do conjunto dos 28 Estados-Membros. Aqui, também não é sério exigir à UE que actue, quando não tem os meios necessários para o fazer ou quando tem de prejudicar outros projectos para agir. Não se fazem omeletes sem ovos.

Também aqui defendo mais Europa. Com a inovação tecnológica vamos perder empregos, mas se investirmos mais na Investigação e na Ciência, vamos substituí-los por trabalhos diferentes. Por isso é tão importante apostar em programas como o Horizonte 2020. Com a terciarização da economia há indústrias que estão a perder espaço, mas se conseguirmos promover o investimento público, privado (interno e externo) de forma mais eficaz, conseguiremos adaptar o nosso modelo produtivo. Por isso é tão importante tornar o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (chamado Plano Juncker) num instrumento mais acessível. Com o terrorismo, a instabilidade na nossa vizinhança e o clima de crispação na comunidade internacional deparamo-nos com novos desafios na segurança, mas se investirmos mais esforço numa verdadeira União de Defesa, comprometida com os objectivos de segurança internacional da NATO, poderemos construir uma indústria de defesa mais integrada e forças armadas mais coordenadas e capacitadas. Por isso é tão importante explorar o Tratado de Lisboa ao máximo nesta área e promover o investimento na investigação em Defesa. Com a crise de natalidade e a inversão da pirâmide demográfica somos confrontados com problemas na sustentabilidade das nossas políticas, mas isso deve levar-nos a decidir de forma mais ambiciosa em determinadas áreas. Por isso é preciso ter uma abordagem séria nas nossas políticas migratórias, nas nossas regras laborais e na modernização das nossas economias.



No geral, qual deverá ser o papel da juventude na Europa? E quais serão os seus maiores obstáculos e como responder a eles?

A juventude é inconformada e irreverente por natureza. O projecto europeu nasceu com uma geração que viveu a Guerra, alargou-se com gerações que viveram ditaduras e hoje, precisa de se afirmar com uma geração que já nasceu europeia. Em meu entender, não há papéis reservados aos mais jovens e outros aos menos jovens. Creio, isso sim, que já não temos só o direito, mas o dever de participar no debate sobre o futuro da Europa. Enquanto não encararmos a União como uma proposta de cidadania, como uma Europa dos Cidadãos, não conseguiremos avançar, porque nos faltará o activo mais importante para qualquer estratégia de futuro: as pessoas. Diria, por isso, que é obrigatório que os mais jovens se envolvam na política: na política partidária, mais tradicional, mas também na intervenção cívica da linha da frente, com projectos de voluntariado, de mobilidade, de educação ou culturais. Tudo isto com a consciência de que um espaço de 500 milhões de pessoas trará sempre mais oportunidades que um universo nacional de 10 milhões.

Cada geração tem os seus desafios e esta não conhece nem mais nem menos obstáculos. Elencar os principais desafios e como os ultrapassar seria tema para um tratado, mas creio que, telegraficamente, podemos apontar como prioridade: a inversão da crise demográfica; a adaptação da educação e do mundo do trabalho à digitalização da economia e das sociedades; a modernização da economia com a inovação científica e tecnológica; a reforma das instituições políticas nacionais e europeias exigida pelas tecnologias de informação e comunicação; e a defesa intransigente do adquirido comunitário em matéria de direitos fundamentais, tanto no plano externo como nos Estados-Membros que constituem a nossa União.

Neste contexto, estou seguro que os estudantes universitários, que bem representam a mais bem preparada geração de portugueses de sempre, estão à altura de todos estes desafios.